

Propostas do Candidato
ao Governo do Estado do Piauí,
SÍLVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO,
entregues ao
TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL / PIAUÍ

Teresina 05/07/2010

INTRODUÇÃO	03
I FUNDAMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	04
II OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DE GOVERNO	07
Objetivos e Metas de Desenvolvimento para o Piauí	
Objetivo: Crescimento Econômico	
Objetivo: Redistribuição de Renda	
Objetivo: Desenvolvimento Social	
III PRIORIDADES SETORIAIS	14
Infra-Estrutura	
Transportes	
Transportes Públicos	
Energia Elétrica	
Recursos Hídricos	
Projetos Especiais de Infra-Estrutura	
Porto de Luís Correia	
Ferrovia Transnordestina	
Gasoduto Meio Norte	
Desenvolvimento Econômico	
Agropecuária	
Agricultura	
Agricultura Familiar	
Reforma Agrária	
Indústria, Comércio e Serviços	
Recursos Minerais	
Desenvolvimento Social	
Educação	
Saúde	
Saneamento Básico	
Habitação Popular	
Justiça e Direitos Humanos	
Segurança Pública	
Cultura	
Esportes e Lazer	
IV POLÍTICAS ESPECIAIS	53
Geração de Emprego e Renda	
Meio Ambiente	
Defesa Civil	
Ciência e Tecnologia	
Políticas de Apoio à Mulher, à Juventude, ao Idoso e às Igualdades Raciais	
V POLÍTICAS REGIONAIS	60
O Cerrado	
O Semi-Árido	
O Centro-Norte e Litoral	
Teresina	

INTRODUÇÃO

Apresentam-se neste documento as propostas do candidato ao Governo do Estado do Piauí pela Coligação PSDB/DEM/PPS/PSC, Sílvio Mendes, relativas ao desenvolvimento social e econômico do Estado.

Em campanhas eleitorais, as consultas sobre as prioridades do Governo se fazem habitualmente no dia-a-dia, nos contatos com as pessoas em todos os recantos, nas reuniões em associações de moradores e entidades representativas das classes empresariais, de trabalhadores e de profissionais, bem assim como a utilização das modernas tecnologias da informação disponibilizadas no âmbito da internet, como o correio eletrônico (e-mail) e as chamadas mídias sociais, para o recebimento de sugestões. Também foram feitas consultas formais aos municípios.

A campanha eleitoral é o melhor momento para se discutir o futuro do Piauí e de seu povo, por se tratar do processo de escolha dos dirigentes do Governo do Estado e dos representantes na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional para os próximos quatro anos.

I FUNDAMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A realidade piauiense indica a necessidade de redobrados esforços e de permanente dedicação de todos para que os problemas atuais sejam resolvidos ou reduzidos, de modo a avançar no processo de desenvolvimento social e econômico e garantir melhores condições de bem-estar para a população.

O Estado tem uma área territorial de 251.529 km², representando 2,95% do território brasileiro. A população em 2009, estimada pelo IBGE, é de 3.145.325 habitantes, correspondente a 1,6% da população do Brasil.

O Produto Interno Bruto do Estado, em 2007, alcançou o valor de R\$ 14,1 bilhões, o que representa 0,5% do PIB brasileiro, participação que tem se mantido ao longo dos últimos anos. O PIB per capita, também em 2007, atingiu o valor de R\$ 4.662,00 equivalente a 32% da média nacional, e é o menor valor entre todas as unidades da federação.

No período de 2003 a 2007, o PIB do Piauí apresentou um crescimento nominal de 61,1%, um pouco superior ao do PIB do Brasil, que atingiu 57,5%, e foi o 9º maior índice entre as unidades da federação. Esse crescimento foi motivado especialmente pelo aumento das transferências de recursos federais, como o Fundo de Participação do Estado e dos Municípios (FPE e FPM), dos recursos da Previdência Social e dos programas federais de transferência de renda às pessoas, como o Bolsa Família, uma vez que no período analisado a participação setorial na formação do PIB caiu na agricultura (de 7,29% para 4,47%), na pecuária (de 6,12% para 3,75%), na indústria de transformação (de 7,56% para 6,42%), entre outros setores, embora tenha crescido na indústria da construção civil (de 4,33% para 6,52%), no comércio e serviços de manutenção e reparação (de 14,76% para 16,06%) e na administração, saúde e educação pública (26,96% para 30,24%).

Se de um lado houve a influência das transferências federais no crescimento das atividades econômicas do Piauí, de outro se nota, ao contrário, que a participação dos investimentos do governo do Estado foi pequena, uma vez que o total aplicado no período 2003-2007 foi de R\$ 853,0 milhões, dos quais R\$ 308,6 milhões foram de transferências federais (convênios), restando aos recursos do tesouro estadual e aos empréstimos, o total de R\$ 544,4 milhões, o que resulta em uma média anual de apenas R\$ 108,9 milhões de investimentos com recursos do tesouro estadual.

Acrescentando-se na análise os dados de 2008 e 2009, que ficam fora do período de análise do PIB, tem-se que nos últimos sete anos o valor total dos investimentos do governo estadual atingiu o montante de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 559,3 milhões oriundos de transferências de capital, realizadas mediante Convênios com o governo federal, cuja média anual foi de apenas R\$ 79,9 milhões, o que significa pouco apoio do governo federal, ou ainda que o governo estadual não teve capacidade para elaborar projetos. As operações de crédito totalizaram R\$ 681,1 milhões, dos quais R\$ 567,5 milhões foram realizados em 2009. Desta forma, os investimentos com recursos próprios do tesouro estadual alcançaram um montante de R\$ 815,6 milhões nos sete anos, o que corresponde a R\$ 116,2 milhões, em média, por ano, e equivalentes a apenas 3,6% das receitas correntes do período, valor insuficiente para exercer influência decisiva no crescimento do PIB estadual.

É interessante ressaltar que o crescimento autônomo da economia do Estado (ou seja, com recursos internos), depende muito mais de atividades como agricultura, pecuária e indústria de transformação do que do comércio e serviços. Por seu turno, a construção civil depende dos investimentos diretos do governo e dos financiamentos de bancos oficiais, notadamente da Caixa Econômica Federal, para habitação popular, e seu crescimento deveu-se principalmente aos investimentos privados no mer-

cado imobiliário de Teresina.

No aspecto social, a preocupação não é menor. A taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos e mais é de 24,3% no Piauí, segundo dados de 2009; nessa mesma faixa etária, a taxa de analfabetismo funcional alcança 36,9%. Tomando-se a população de 5 anos e mais de idade, em 2008, um total de 734.000 pessoas são “não alfabetizadas”, o que representa um índice de 25,3%, o segundo maior entre os estados brasileiros, superando apenas Alagoas. O índice decresceu de 31,4%, em 2002, para 25,3%, em 2008, a segunda maior do Nordeste, mas 10 estados conseguiram melhor desempenho no mesmo período, o que confirma a necessidade de que sejam redobrados os esforços para a melhoria das condições da educação no Piauí.

No setor de abastecimento de água, o número de domicílios com água da rede geral, com ou sem canalização interna, atinge um total de 93,0%, em 2008, o que parece um índice elevado, mas o Estado ocupa a 14^a colocação entre todas as Unidades da Federação. O número de domicílios urbanos com ligação à rede coletora de esgotos é de apenas 4,3%, o penúltimo lugar entre todos os Estados.

A posição relativa do Piauí entre os Estados brasileiros é desconfortável até mesmo quando apresenta índices elevados, como o número de domicílios urbanos com iluminação elétrica, que em 2008 atingiu e 98,9% do total, mas é o menor entre todos os Estados. No meio rural, o índice de domicílios com iluminação elétrica chega a 80,6%, superior apenas a alguns estados da região Norte, onde as condições naturais são mais difíceis para implantação de linhas de distribuição de energia.

II OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS DE GOVERNO

Objetivos e Metas de Desenvolvimento para o Piauí

O papel do governo do Estado, em uma região pobre como o Piauí, deve ser a de coordenar e liderar o processo de desenvolvimento de toda a população, o que vale dizer, cumprir as tarefas que lhe impõem a Constituição Federal e a Constituição do Estado, e ainda reunir todas as forças produtivas em torno dos objetivos de desenvolvimento que a sociedade (e não o governo) definiu no momento da escolha de seus representantes, para serem seguidos em um determinado momento da história.

Nesse sentido é que são fundamentais as consultas diretas à população, para que o Plano de Governo seja a confluência dos objetivos de desenvolvimento para o Estado, e um de seus instrumentos de ação para que esses objetivos sejam alcançados pelo Governo e, por definição, pela sociedade. Na fase de execução do plano, ou seja, durante o período do mandato, essas relações com a sociedade se ampliam, incluindo-se o recebimento de sugestões e críticas, de um lado, e a prestação de contas dos atos administrativos, de outro lado, melhorando-se a gestão pública, em razão da maior participação social no processo de tomada de decisões do governo, as quais, em última análise, têm a população como destinatária.

Objetivo: Crescimento Econômico

O crescimento econômico deve estar acompanhado de resultados na redução da pobreza e no aumento do bem-estar da população, por meio do aumento do emprego e do acesso aos serviços públicos básicos.

No Piauí, além disso, o crescimento precisa ocorrer a taxas muito

superiores à taxa dos demais estados, durante longo período, como condição para que se reduzam as disparidades em relação ao restante do País.

Para promover o crescimento econômico, o governo estadual deverá atuar em duas linhas de trabalho: 1) por meio de seus gastos diretos, especialmente os investimentos; e 2) por meio do apoio às atividades produtivas.

Para atingir os objetivos e as metas, o governo deverá seguir estratégias de ações compatíveis com o desafio a ser superado.

Nesse sentido, serão adotadas as seguintes medidas na esfera administrativa e na política de investimentos do governo:

- Valorização e qualificação dos servidores públicos, sem os quais o governo não atinge seus objetivos e suas metas de prestação de serviços à população.
- Aperfeiçoamento da estrutura administrativa do governo aos objetivos e metas de desenvolvimento do estado, para gerar mais eficiência operacional, e, conseqüentemente, melhorar a prestação dos serviços públicos à população.
- Rígido controle das despesas de custeio, de modo a gerar superávit financeiro destinado aos investimentos prioritários. É impositivo o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Na área financeira deverá ser implantada a programação de desembolsos (custeio e investimentos) para todos os órgãos da administração, para criar um ambiente de credibilidade dos credores e fornecedores perante o governo do Estado. Será proibido gastar mais do que a arrecadação.
- Em todas as secretarias, empresas e demais órgãos estaduais, será

dada prioridade à qualidade dos gastos, ou seja, o controle das despesas das atividades-meio, de modo a gerar mais recursos a serem aplicados nas atividades fins.

No âmbito das relações com a sociedade civil, com as classes produtoras e de trabalhadores, com as entidades profissionais, organizações não-governamentais, com as prefeituras e com o Governo Federal, e ainda com os demais poderes estaduais, o governo buscará não apenas a harmonia que deve presidir tais relações, mas a potencialização dos resultados desejados no processo de desenvolvimento do Piauí.

A meta de elevar progressivamente o montante dos recursos próprios nos investimentos, da média de 3,6%, observada nos últimos sete anos, para 12% das Receitas Correntes, é perfeitamente factível, a exemplo do que ocorreu na gestão da Prefeitura de Teresina, onde este percentual foi alcançado.

Além disso, o governo dará apoio aos investimentos privados para que, sempre que necessário e possível, os instrumentos de incentivo viabilizem a implantação de projetos de interesse para o desenvolvimento do Piauí.

O apoio às atividades privadas, seja do pequeno produtor individual, do artesão, do ambulante, da agricultura familiar, seja das grandes empresas, parte do pressuposto de que o crescimento econômico depende do volume de investimentos nas atividades produtivas, e o setor privado, no sistema econômico vigente, é o que mais investe. Além disso, nos últimos anos o nível dos investimentos realizados pelo governo do Estado, como já foi visto, tem se mantido inferior às necessidades de crescimento econômico do Piauí.

Como parte importante do esforço de elevar os investimentos públicos no Piauí, o governo atuará junto aos organismos federais, como o

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), as Centrais Elétricas do Brasil (ELETROBRAS), o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a execução direta, ou em convênio com o governo estadual, de obras prioritárias para o desenvolvimento estadual. Nesse sentido, torna-se necessário o aperfeiçoamento do sistema estadual de planejamento, para a realização de estudos, pesquisas e projetos de interesse para o desenvolvimento do estado.

Objetivo: Redistribuição de Renda

A redistribuição de renda pode ser efetivada de duas maneiras: 1) com os Programas de Compensação de Renda, como o Programa Bolsa Família e outros, e 2) com os gastos do governo, especialmente os gastos com educação, saúde e saneamento básico, além dos investimentos nos demais setores produtivos e de proteção social.

Para melhor eficiência na execução dos Programas de Compensação de Renda, que são em geral criados e financiados pelo Governo Federal, o Governo Estadual preparará os órgãos executores desses programas e garantirá, quando necessário, o aporte das contrapartidas exigidas.

Os gastos com Educação, Saúde e Saneamento Básico tornam-se mais importantes porque são as pessoas mais pobres as que estão à margem dos benefícios criados pelo governo.

A orientação da política do governo com relação à redistribuição da renda seguirá a definição de pobreza enunciada pelo economista Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998 e um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: pobreza não significa apenas um baixo

nível de renda, mas a privação de capacidades básicas, entre as quais a falta de acesso aos serviços públicos essenciais, como educação, saúde e saneamento, às oportunidades de trabalho, entre outras.

Um exemplo flagrante é mostrado pelos dados do IBGE (PNAD 2008), relativos ao abastecimento de água em função da renda: nas cidades, o número de pessoas que têm água encanada em casa, em relação ao total de pessoas de sua faixa de renda, é crescente conforme a renda familiar. Cresce atingindo 74% na faixa de até 1 salário mínimo; 85% na faixa de mais de 1 a 2 salários; 86% na faixa de mais de 2 a 3 salários; 92% na faixa de mais de 3 a 5 salários; e na faixa de mais de 5 salários em diante, praticamente 100%.

A ação do governo, com vistas à redução das desigualdades de renda, também deverá ocorrer no âmbito regional, para beneficiar as áreas atualmente menos aquinhoadas pelos investimentos públicos, como os cerrados e o semi-árido, e para corrigir as distorções entre a zona urbana e o meio rural.

Dois exemplos ilustram essa desigualdade:

- O número de domicílios com iluminação elétrica é de 98,9% nas cidades e de 80,6% na zona rural, segundo os dados de 2008 (IBGE, PNAD)
- O número de pessoas de 15 anos e mais de idade não alfabetizadas no Estado é de 734.000, segundo o IBGE, dos quais 417.000 na zona rural e 317.000 nas cidades; em termos de percentual em relação ao respectivo total geral da população na faixa etária, tem-se que 39% da população rural é não-alfabetizada, enquanto o percentual nas cidades é de 17%, segundo a PNAD 2008.

Objetivo: Desenvolvimento Social

A Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos ao Desenvolvimento (ONU, 1993) define que a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento, e deve ser um ativo participante e beneficiário do desenvolvimento.

Assim como não há crescimento econômico sem investimentos, não há desenvolvimento social sem o acesso de toda a população aos direitos sociais e individuais básicos. O Brasil, e o Piauí em particular, precisam avançar na garantia desses direitos, que outros países alcançaram há muito tempo. Neste aspecto, trata-se do maior desafio para o Governo do Estado, que não tem as condições financeiras para alcançar esses objetivos, o que torna ainda maior o desafio de agir com seus próprios recursos e em cooperação com os demais níveis de governo e com a sociedade civil organizada.

Por isso, as prioridades centrais do governo estarão voltadas para:

- a) Expansão do acesso e melhoria da qualidade da educação, nos três níveis de ensino;
- b) Expansão e melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde;
- c) Melhoria do sistema de segurança pública, garantindo os direitos do cidadão e a tranquilidade da sociedade;
- d) Política habitacional, com o controle social, para expandir as ações de construção e melhoria de moradias populares, bem como a regularização fundiária urbana;
- e) E, permeando todas as atividades do governo, estarão progra-

mas de estímulo à geração de emprego e renda para a população piauiense;

- f) Ampliação e qualificação da rede de proteção social.

III PRIORIDADES SETORIAIS

Infra-Estrutura

Transportes

Os principais eixos rodoviários do Estado são formados pelas BR-343, que atravessa o Piauí desde Luís Correia a Teresina e Floriano; a BR-222, de Piriipiri a Fortaleza; a BR-316, que vem de São Luís a Teresina, e prossegue rumo a Picos e ao sul do País; a BR-135, também procedente do Maranhão, que entra no território piauiense em Guadalupe e forma o principal eixo da região sul do Estado, até a divisa com a Bahia; a BR-230, procedente da Paraíba, que atravessa o Estado ligando Picos a Oeiras e Floriano, e daí segue para estado do Pará; a BR-407, ligando Picos ao estado da Bahia e à região Sudeste do País; e a BR-020, que liga Fortaleza a Picos, e daí a São Raimundo Nonato, com alguns trechos ainda não pavimentados, como Simplício Mendes-Itainópolis. A BR-020 foi planejada no governo Juscelino Kubitschek, para ligar Fortaleza a Brasília, e ainda não foi concluída.

A malha rodoviária estadual completa a rede de rodovias que interligam todo o Estado. O atual governo deu prioridade à restauração e pavimentação de estradas, com ênfase na ligação das cidades à malha pavimentada, utilizando-se de financiamentos. A capacidade de tomar novos empréstimos está comprometida, o que reforça a meta de aumento do superávit corrente para gerar recursos a serem aplicados nos investimentos prioritários.

Assim, a ação do governo no setor de rodovias compreenderá os seguintes aspectos:

- Criação de Fundo de Manutenção e Conservação de Estradas, para evitar o desgaste excessivo e o aumento dos custos dele decorren-

te;

- Reorganização institucional do setor, uma vez que vários órgãos constroem estradas, além do DER, que é o mais adequado;
- Canalizar recursos para a construção e pavimentação de estradas nas regiões produtoras, especialmente com a implantação da rodovia Transcerrados, com aproximadamente 300 quilômetros, beneficiando vários municípios produtores.
- Implantação dos contornos rodoviários nas cidades onde existe conflito entre tráfego urbano e de carga.
- Interligação das sedes urbanas dos municípios aos principais eixos rodoviários pavimentados.
- Programa de restauração, recuperação e reforço de pontes para se adequarem a capacidade de carga hoje em vigor.
- Implantação de balanças rodoviárias para controlar a capacidade de carga e com isso, evitar danos às rodovias.

Transportes Públicos

Em Teresina, a Companhia Metropolitana de Transportes Públicos atua no transporte de passageiros, do bairro Dirceu Arcoverde até o centro da cidade. O governo envidará esforços no sentido de viabilizar a expansão do sistema para outros bairros da capital e cidades, com a análise de viabilidade de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), na capital, como já utilizado em outras cidades de grande porte.

Energia Elétrica

A disponibilidade de energia elétrica é um dos principais fatores

para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social de qualquer região. Nos últimos anos, a CEPISA, agora denominada ELETROBRAS Distribuidora Piauí, tem passado por dificuldades financeiras que comprometeram seus investimentos e, conseqüentemente, a qualidade da oferta de energia no Estado. Embora a Empresa tenha melhorado seus indicadores de desempenho, nos últimos anos, ainda são insuficientes os investimentos realizados e os programados para os próximos anos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), em 2008 o número de domicílios urbanos no Piauí com iluminação elétrica atingia 98,9% do total. Parece uma boa marca, mas é o menor índice entre todos os Estados, alguns dos quais registram 100% de atendimento. Na zona rural, o número de domicílios com iluminação elétrica era de 80,6%, superior a apenas seis Estados, todos da região Norte, onde as condições naturais são mais difíceis para a implantação de linhas de distribuição. Uma das razões desse baixo índice é o lento processo de implantação do Programa Luz Para Todos.

Como ações estratégicas para o setor de Energia Elétrica destacam-se:

- O Governo do Estado acompanhará, junto ao Governo Federal, o processo de recuperação financeira da ELETROBRAS Distribuidora Piauí, e defenderá sua manutenção como empresa pública federal.
- As metas de universalização do Programa Luz para Todos, marcadas para serem atingidas em 2010, terão todo o apoio do governo estadual em sua execução, inclusive com contrapartidas do tesouro estadual, se necessárias. Da mesma forma, o governo acompanhará o Programa de Investimentos que leve a energia elétrica a todos os estabelecimentos rurais, em apoio à irrigação e à industrialização rural.

- O governo do Estado acompanhará, junto à ELETROBRAS, os projetos de implantação de usinas hidrelétricas no rio Parnaíba, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento do Estado e sua capacidade de multiplicação de investimentos privados em sua área de influência.
- O governo do Estado dará seu apoio aos empreendimentos públicos e privados voltados para a implantação de projetos de geração de energia de fontes alternativas (eólica e térmica, entre outras), no sentido de aumentar a oferta de energia elétrica em todo o Estado.

Recursos Hídricos

O geólogo Aldo da Cunha Rebouças, em seu estudo Água doce no mundo e no Brasil (Escrituras, 2002), informa que o Piauí detém o terceiro maior potencial hídrico do Nordeste, inferior apenas ao dos estados da Bahia e do Maranhão, e apresenta a segunda maior disponibilidade hídrica social da região, com $9.185 \text{ m}^3/\text{hab}/\text{ano}$, superado apenas pelo Maranhão, mas desfruta do segundo menor nível de utilização, com apenas 1,05% de sua disponibilidade hídrica. Esta é uma síntese do Piauí: muitos recursos naturais, que são pouco utilizados em benefício da sociedade.

Os açudes e as barragens construídas no estado têm pouco aproveitamento para o abastecimento de água à população, para a irrigação e para a piscicultura.

O grande desafio do Piauí é sair paulatinamente das ações emergenciais, tais como caminhão pipa e distribuição de alimentos. O governo propõe elaborar e executar um projeto estruturante de recursos hídricos que contemple ações permanentes e seja concebido com base nas demandas da população, incluindo, entre outras ações, as que se seguem:

No plano institucional o governo adotará medidas para:

- Articulação com o Governo do Maranhão, no sentido de que o Governo Federal execute plano de valorização do Rio Parnaíba à semelhança do plano em execução no Rio São Francisco, tendo em vista a recuperação das áreas marginais degradadas, preservação dos mananciais e especialmente, do Parque Nacional das Nascentes.
- Institucionalização dos Comitês de Bacias hidrográficas, para planejamento e gestão dos recursos hídricos, com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade;
- Reforço à segurança física das barragens e implantação de sistema de alerta de enchentes;
- Adequação da estrutura de governo aos objetivos de gestão integrada dos recursos hídricos do estado e capacitação dos recursos humanos ligados à área.

No plano operacional:

- Promover o aproveitamento das barragens construídas, funcionando como centros estratégicos de acumulação de água para distribuição;
- Construir adutoras para abastecimento de água às populações rurais e urbanas
- Fomentar a implantação de projetos de irrigação privados, em escala comercial, de forma a atender aos pequenos, médios e grandes produtores;
- Implantar programa de universalização do abastecimento de água

em comunidades rurais não assistidas por outros programas do Governo, mediante a construção de sistemas de abastecimento d'água com ligação domiciliar, envolvendo as comunidades beneficiadas e as Prefeituras Municipais para a manutenção e conservação, evitando o uso de carro-pipa;

- Acompanhamento sistemático dos resultados, com a maior transparência possível na utilização dos recursos e permanente envolvimento das comunidades afetadas.
- Aproveitamento dos estudos, dos projetos e das obras, inclusive das barragens executadas ou planejadas, para integrar o Plano e com isso se lograr agilidade na sua execução.

Projetos Especiais de Infra-Estrutura

Porto de Luís Correia

Será concluído e colocado em operação o Porto de Luís Correia. Para tanto, serão feitas intervenções para realizar as obras complementares do retro-porto e recuperação do acesso ferroviário até Teresina, inclusive com a intercalação de trens de passageiros.

Essas medidas, além da importância para o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico do Piauí, especialmente da região norte, representa a realização de um sonho antigo dos piauienses.

Ferrovias Transnordestina

A Ferrovia Transnordestina ligará os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, à cidade de Eliseu Martins, início das áreas produtoras dos cerrados e atravessando a região sudeste, rica em recursos minerais. Sua extensão no estado será de cerca de 400 quilômetros.

No Relatório do 10º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), período de janeiro a junho de 2010, referente ao Piauí, consta uma Ação Preparatória no valor de R\$ 3,6 milhões para estudos e projetos de conexão da Ferrovia Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul, de Eliseu Martins a Estreito, no Maranhão. O Balanço do PAC informa o valor previsto do investimento, que é da ordem de R\$ 4,5 bilhões, dos quais R\$ 967 milhões após 2010, mas não trata do quanto foi efetivamente realizado nem quando é prevista sua conclusão.

Depois de implantada, terá importância fundamental no escoamento da produção do estado, especialmente porque tornará viável a exploração mineral na região, e abrirá novas oportunidades de investimento nas mais diversas atividades econômicas. O governo do estado agirá no sentido de:

- Acompanhar a execução da obra, inclusive do processo de desapropriação de terras na faixa de domínio da ferrovia, para garantir a justa indenização aos proprietários, bem como para a realização de estudos de viabilidade para a extensão da ferrovia até Teresina e Luiz Correia.
- Estimular a industrialização no próprio estado dos produtos a serem exportados, aumentando o valor agregado e a geração de empregos.

Gasoduto Meio Norte

O Gasoduto Meio Norte, que transportará gás natural para os Estados do Piauí e Maranhão, está sendo desenvolvido pela TMN TRANSPORTADORA S.A, empresa que possui como acionistas a Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO, a TERMOGAS S.A., a Companhia de Gás do Piauí – GASPISA e a Companhia Maranhense de Gás – GASMAR.

Terá 985 km de extensão, desde Caucaia – CE até Teresina e São Luís do Maranhão, com quatro ramais secundários e 910 km de extensão, incluídos os dois desses ramais no Piauí: Piripiri – Parnaíba e Teresina – Floriano.

A distribuição do gás a ser transportado pela TMN será feita, em todo o estado do Piauí, pela concessionária GASPIISA.

O Gasoduto do Meio Norte obteve do IBAMA a Licença Prévia – LP em 21/12/2005, e a Licença de Instalação - LI em 23/11/2006. A Agência Nacional de Petróleo – ANP expediu a Autorização de Construção – AC do gasoduto em 26/12/2006. Todos os trâmites legais estão finalizados para que a construção do gasoduto possa iniciar.

O Gasoduto do Meio Norte será construído com os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada pela Lei nº 10.438 de 26/04/2002 e regulamentada pelo Decreto 4.531 de 23/12/2002, com prazo de 25 anos. Parte dos recursos da CDE destina-se aos Estados que, até o ano de 2002, não possuíam o gás natural em sua matriz energética, como o Piauí e o Maranhão.

A TMN protocolou em 09/08/2004 junto ao Ministério das Minas e Energia – MME solicitação para o enquadramento do projeto para recebimento dos recursos da CDE. Os recursos para a construção do Gasoduto Meio Norte ainda não foram liberados em função da prioridade de atendimento ao programa “LUZ PARA TODOS”.

A TMN propôs ao Governo Federal algumas mudanças na CDE de forma a possibilitar que o empreendedor antecipe os recursos no mercado para iniciar o projeto tendo os recursos da CDE como garantia. Desta forma o projeto só utilizaria os recursos futuros da CDE não comprometendo o Programa Luz para Todos. A ANEEL prevê que a arrecadação da CDE até o final de sua vigência seja de R\$ 19,2 bilhões.

Até o momento o projeto, que possui custo estimado de R\$ 2 bilhões, não foi enquadrado pelo Governo Federal. Existe a possibilidade do Estado do Piauí ser atendido pelo gás natural a ser produzido pela Bacia do Parnaíba, e dessa forma o Gasoduto Meio Norte teria seu traçado reduzido.

Como a implantação do Programa Luz para Todos está sendo intensificada, espera-se que os recursos para o Gasoduto sejam disponibilizados, para o que o governo do estado atuará junto ao governo federal para a inclusão do Gasoduto em suas prioridades de investimento.

Desenvolvimento Econômico

A análise da formação e do crescimento do Produto Interno Bruto deve estar acompanhada da análise do comportamento dos diversos setores da economia para melhor identificação dos dados que o compõem. Segundo o IBGE, a variação da participação no Valor Adicionado Bruto (PIB menos impostos e subsídios) teve o seguinte comportamento no período 2003/2007:

Piauí - Participação setorial (%) no Valor Adicionado Bruto a preço básico – 2003/2007

Setores	2003	2007	Cresc.(%)
TOTAL	100,0	100,0	-
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	7,29	4,47	- 38,7
Pecuária e pesca	6,12	3,75	-38,7
Indústria extrativa	0,16	0,22	+37,5
Indústria de transformação	7,56	6,42	-15,1
Construção civil	4,33	6,52	+50,6
Produção distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e Limpeza urbana	3,37	3,78	+12,2
Comércio e serviços de manutenção e reparação	14,76	16,06	+8,8

Serviços de alojamento e alimentação	1,11	1,76	+58,6
Transportes, armazenagem e correio	3,14	3,28	+ 4,5
Serviços de informação	2,99	2,50	-16,4
Intermediação financeira, seguros e previdência Complementar e serviços relacionados	3,70	3,90	+ 5,4
Serviços prestados às famílias e associativas	2,00	2,26	+13,0
Serviços prestados às empresas	2,06	1,63	-20,9
Atividades imobiliárias e aluguéis	10,49	9,44	-10,0
Administração, saúde e educação públicas	26,96	30,24	+12,2
Saúde e educação mercantis	2,24	1,84	-17,9
Serviços domésticos	1,73	1,93	+11,6

Fonte: IBGE

Observa-se o decréscimo relativo nos setores de agricultura, pecuária, indústria de transformação e saúde e educação mercantis, e crescimento da participação da construção civil, dos serviços de alojamento e alimentação e do comércio e serviços de manutenção e reparação, entre as atividades mais representativas.

Para que o crescimento da economia seja auto-sustentado, o governo apoiará a iniciativa privada no sentido de viabilizar os empreendimentos, especialmente com os investimentos na infra-estrutura e em sua política de incentivos fiscais.

Agropecuária

A pecuária foi a primeira atividade econômica desenvolvida no estado do Piauí, fazendo parte de sua tradição histórica, mas nos últimos anos, registra-se uma redução do rebanho como demonstrado pelos dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2005, com uma queda de 143.000 cabeças no período, fenômeno que ocorreu em todo o Nordeste, excluído o Maranhão. Por outro lado, observa-se o melhoramento na qua-

lidade dos rebanhos, em particular do gado nelore, que tem se destacado na pecuária do Estado, mais precisamente na região sul, o que se deve, essencialmente, ao esforço e dedicação dos próprios pecuaristas do que da ação de Governo.

Para que a pecuária estadual seja enquadrada dentro dos padrões e das exigências dos mercados nacional e internacional, faz-se necessária a adoção de medidas pelo governo estadual no sentido de tornar o Piauí uma área livre de febre aftosa, inclusive com a certificação de propriedades e a rastreabilidade dos animais.

Com relação à pecuária leiteira a situação do Piauí é bastante desconfortável e preocupante. Mesmo o estado apresentando um grande potencial para o desenvolvimento dessa atividade, o que se vem se observando ao longo do tempo é um declínio da mesma.

A criação de ovinos e caprinos é uma das atividades de maior potencial de crescimento, por adaptar-se perfeitamente às condições naturais do estado, com maior concentração da produção nas regiões de Campo Maior e de Altos do Piauí e Canindé.

A produção de soja e milho dos cerrados proporciona vantagens comparativas para a produção de frangos no Piauí, para o abastecimento do mercado interno e mesmo para exportação. A avicultura é outra atividade com grande potencial de crescimento, mas, a exemplo da pecuária bovina, devem ser adotadas medidas sanitárias para uma melhoria na classificação do plantel estadual. Com a classificação atual, o Piauí se limita a somente vender frango para estados que tenham a sua mesma classificação sanitária, como o Maranhão.

O Piauí é o terceiro maior produtor nacional de mel, devido à abundante e variada flora melífera distribuída durante o ano inteiro. Atualmente a produção é comercializada no mercado interno e exportada para os Estados Unidos e vários países da Europa.

A disponibilidade de água na maior parte do estado é uma vantagem para o desenvolvimento das atividades de aqüicultura, além das áreas estuarinas com potencial para carcinicultura.

A aqüicultura no Estado de Piauí aparece no cenário sócio-econômico como um setor de grande importância por seu potencial e rentabilidade. O estado possui condições para a implantação de projetos em diversas atividades, mas o grande potencial é sem dúvida a piscicultura, seja em viveiro, tanques-rede ou canais de irrigação.

Para revitalizar a carcinicultura no estado, se faz necessário o entendimento entre o setor produtivo, órgãos ambientais, o governo, o poder judiciário, as representações políticas, os órgãos de desenvolvimento regional e a sociedade civil organizada, para que se encontre um caminho para a superação dos problemas que vêm impedindo o crescimento de uma atividade, que demonstrou ser capaz de promover a melhoria socioeconômica da região.

Para fortalecer a pecuária estadual, deve-se assegurar a adoção das seguintes medidas e ações:

- Fortalecer as ações da Agência de Defesa Agropecuária do Piauí (ADAPI), expandindo as barreiras sanitárias e fitossanitárias no Estado, além da capacitação e treinamento de pessoal;
- Apoiar a realização de eventos (feiras, exposições, leilões, etc.) agropecuários, bem como melhorar a infra-estrutura dos parques agropecuários;
- Revitalizar as bacias leiteiras estaduais, especialmente a da região de Parnaíba,
- Apoiar a adequação dos matadouros municipais existentes (público ou privados) para o abate de ovinos e caprinos;
- Implantar Serviço de Inspeção Sanitária Municipal nos municípios;

- Estimular a instalação de matadouros/frigoríficos regionais para abate de pequenos animais em especial os ovinos e caprinos;
- Incentivar e apoiar a instalação de agroindústrias voltadas para o beneficiamento e comercialização da produção agropecuária do Estado.
- Incentivar a melhoria da capacidade de suporte das pastagens já existentes e a recuperação das pastagens degradadas;
- Implementar programas de extensão rural e crédito aos pequenos e médios produtores, induzindo à adoção de técnicas conservacionistas e boas práticas de produção agropecuária;
- Incentivar o associativismo dos pequenos e médios produtores, para o fortalecimento da ovinocaprinocultura, da pecuária leiteira e da agroindústria;
- Consolidar a agropecuária moderna com incentivo às práticas conservacionistas, assim como a proteção da cobertura vegetal remanescente.

Agricultura

A produção de grãos e algodão nos cerrados mudou o perfil da agricultura piauiense. São 28 municípios produtores.

Os dados oficiais disponíveis são do ano de 2.008. Por eles, a produção nos cerrados alcançou um total de R\$ 572,3 milhões, superando o valor da produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, que somaram R\$ 494,3 milhões. A área colhida de soja atingiu 253.566 hectares, enquanto aqueles produtos, somados, tiveram uma área colhida de 720.318 hectares. A quantidade produzida de soja somou 819.258 toneladas, superando a soma da produção de arroz, milho e feijão, que foi de 611.008 toneladas.

No ano 2000, os cerrados produziram, aproximadamente, 218.000

toneladas de grãos, numa área cultivada de 100.000 hectares, evoluindo para a área atual de 430.000 hectares, o que significa apenas 10% da área total de aproximadamente 4,5 milhões de hectares.

Em 2009, a produção foi, aproximadamente de :

- Soja: área plantada de 350.000 hectares , produziu 900.000 toneladas, sendo 2,8 toneladas por hectare, rendendo R\$494 milhões de reais que geraram R\$ 60 milhões em ICMS;
- Arroz: 40.000 hectares de área plantada.
- Milho: 33.000 hectares de área plantada;
- Algodão: 8.000 hectares de área plantada;
- Agricultura familiar: são utilizados aproximadamente 100.000 hectares.

As exportações de soja totalizaram US\$ 110,9 milhões, em 2009, o que representa 66% do total das vendas para o exterior.

A produção se concentra nos municípios de Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Bom Jesus e Santa Filomena. Uruçuí, com a unidade industrial da Bunge, se tornou o segundo maior coeficiente de ICMS, somente superado por Teresina.

O governo dará absoluta prioridade na implementação da infraestrutura regional, como estradas, energia e proteção ao meio ambiente, condições essenciais para expansão da fronteira agrícola piauiense. Também atuará no sentido de resolver os conflitos de natureza fundiária existentes, dando segurança jurídica aos investimentos produtivos.

Enquanto a agricultura comercial dos cerrados tem-se mantido em crescimento, a agricultura irrigada não apresenta o mesmo desempenho. Segundo o Censo Agropecuário de 2005, disponível, o Piauí possui

apenas 22.272 hectares irrigados, correspondendo a 2,2% da área irrigada da região Nordeste.

O governo adotará como uma de suas maiores prioridades a execução de um Programa Estadual de Irrigação, tirando do papel uma idéia amadurecida, para que possa acompanhar a execução dos projetos de irrigação Platôs de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos, em Parnaíba, ambos a cargo do DNOCS, de modo que seja concluída a sua implantação e, além disso, estimular a irrigação ao longo das margens do rio Parnaíba.

De outra parte, torna-se indispensável que a CODEVASF traga para o Piauí sua experiência no Vale do São Francisco e inicie no estado a execução de grandes projetos de irrigação, sabendo-se que o potencial de áreas irrigáveis no estado é da ordem de 1.000.000 hectares, considerando-se a disponibilidade e água e de solos apropriados. Além desses projetos, torna-se necessária a recuperação e ampliação dos perímetros de irrigação do DNOCS em Piripiri, Luzilândia, Simplício Mendes e Alvorada do Gurguéia.

A agricultura comercial do Piauí terá forte expansão com os projetos de reflorestamento já iniciados, com a previsão de implantação de unidade industrial da empresa SUZANO, para os quais o governo dará todo apoio.

Agricultura Familiar

A agricultura familiar no Brasil é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondem a 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do País. Emprega 70% da mão-de-obra do campo e produz cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Sua importância é ainda maior considerando-se que cria oportu-

nidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversifica a atividade econômica e busca promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios.

O sistema de produção agrícola familiar piauiense consiste, basicamente, num consórcio de três ou mais culturas em roça não-destocada, cujo preparo da área se resume na derrubada da vegetação e queima. Trata-se de um sistema de agricultura itinerante, anti-preservacionista, no qual após um ciclo de cultivo a área é mantida sob repouso por 6 a 10 anos, para regeneração da vegetação.

O sistema de produção animal ocorre de forma extensiva, sem qualquer amparo tecnológico, seja com relação às instalações, ao melhoramento genético ou aos manejos alimentar e sanitário.

Para fortalecer a agricultura familiar piauiense, orientando-se as atividades para o aumento da renda, da competitividade e da melhoria das condições de vida das famílias, deve-se assegurar a essa categoria de produtores:

- Disponibilizar serviços de assistência técnica e extensão rural, com equipes multidisciplinares capacitadas com perfil voltado para atender aos produtores das diferentes regiões do Estado, de acordo com as vocações produtivas de cada uma delas;
- Promover a comercialização da pequena produção através do estabelecimento de parcerias comerciais com redes de supermercados e outros compradores, inclusive nos circuitos do comércio solidário. Esta atividade requer também a participação de parceiros institucionais, relevantes como o SEBRAE, bancos que operam com micro-financiamento e organizações não-governamentais;
- Apoiar a dinamização dos arranjos produtivos locais, envolvendo a participação de universidades, órgãos de pesquisa e de extensão rural e de parcerias com outras instituições ligadas aos arranjos;
- Melhorar a infra-estrutura de apoio à produção através do financiamento de pequenas obras localizadas nas áreas de concentração de produtos, voltadas para o apoio e o fortale-

cimento da atividade produtiva, como por exemplo a pequena irrigação;

- Apoiar as políticas públicas de capacitação, fomento e infra-estrutura para a inclusão das minorias (comunidades quilombolas e jovens agricultores) no sistema produtivo, bem como a promoção da equidade das relações de gênero através da capacitação e valorização da mulher da zona rural;
- Implementar programas de qualificação da mão-de-obra jovem rural adequando às necessidades e potencialidades de cada região do Estado;
- Fortalecer medidas de combate à pobreza rural através da construção de moradias, da implantação de sistemas de abastecimento de água comunitários, com a universalização da eletrificação das propriedades rurais e a regularização fundiária;
- Estimular e fomentar a produção agrícola frutícola na agricultura familiar, com destaque para o caju na região do semi-árido piauiense;
- Incentivar e apoiar programa de desenvolvimento da ovino-caprinocultura no Estado, envolvendo toda a cadeia produtiva (produção, beneficiamento e comercialização);
- Incentivar e apoiar um programa estadual voltado para a criação e comercialização de pescado, utilizando tecnologia moderna (tanques-rede, gaiolas, etc.), aproveitando os lagos dos açudes/barragens existentes e os rios perenes do Estado do Piauí;
- Apoiar as entidades associativas dos produtores de mel no Estado do Piauí, com vistas à melhoria da qualidade do produto e ampliação da capacidade de comercialização;
- Estimular a diversificação da pauta de produtos agrícolas, como a agricultura orgânica, fruticultura, olericultura, plantas medicinais, floricultura, entre outros.
- Apoiar o trabalhador que vive do extrativismo, como a cera de carnaúba

Reforma Agrária

Segundo dados contidos no Plano Regional de Reforma Agrária do Piauí, o contingente de produtores rurais considerados potenciais beneficiários da reforma agrária alcança cerca de 200 mil produtores, em diversas categorias.

Por outro lado, a política de Reforma Agrária no Piauí, considerando todos os Programas executados no Estado, no período de 1981 a 2010, assentou 44.544 famílias (incluindo-se as 23.880 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), que estão assentados em projetos cuja situação presente necessita de uma política de revitalização bem planejada e bem executada.

A análise do número de famílias assentadas continua sendo importante, mas não é mais o único foco de interesse. Os aspectos quantitativos vêm sendo complementados com indagações sobre a eficiência com que as ações vêm sendo executadas e sobre os reais benefícios alcançados na melhoria da vida cotidiana dos que se beneficiaram com o lote de terra.

Estudos recentes demonstram que os programas de Reforma Agrária, e os seus assentamentos, não alcançaram os resultados esperados. Com efeito, são por demais conhecidos os problemas dominantes nessas áreas, tais como:

- A maioria dos assentados não consegue obter renda suficiente para o sustento da sua família e sobrevive com o apoio dos programas de transferência de renda do governo federal (bolsa família, cesta básica, aposentadorias etc.);
- Grande parte da produção gerada nos assentamentos é destinada à subsistência das famílias e ainda em quantidade insuficiente para atender as necessidades;
- Há registro de desistência de beneficiários, devido à incapacidade de sobreviver no lote (existem assentamentos do INCRA, com lotes vagos, por falta de interessados);

- Em geral, os assentados se queixam da falta de assistência técnica, da dificuldade de acesso ao crédito para produção e meios para inserção no mercado;
- As últimas pautas das demandas dos movimentos sociais que lidam com a reforma agrária no Piauí demonstram claramente que o apelo não está mais voltado para a desapropriação de terras para assentamento de novas famílias, mas na qualificação das áreas reformadas, a fim de torná-las produtivas e em condições dignas de sobrevivência dos assentados;
- Registra-se que o problema fundiário a ser enfrentado no Piauí que merece uma ação por parte do poder público estadual, está voltado para os problemas de legalidade jurídica das posses das terras, sobretudo na região dos cerrados.

O Processo de distribuição de terras, feito de forma aleatória e sem orientação para a produção de gêneros voltados para os mercados, mostrou-se incapaz de produzir elevação na renda dos produtores.

Ao lado desses desafios tem-se a considerar o fato de que um processo de reforma agrária, bem conduzido, pode realmente propiciar geração de emprego e melhores condições de vida para esses produtores.

O enfrentamento desses problemas pode ser concebido a partir das seguintes linhas de ação:

- Fortalecer o Programa de Crédito Fundiário, para ampliar o financiamento da aquisição de terras por grupos de produtores, sob condições de pagamento do crédito compatíveis com a renda a ser obtida pela produção;
- Reestruturar os assentamentos de reforma agrária mediante o fomento de atividades voltadas para o mercado, com assistência técnica adequada, inclusive em parceria com o setor privado (interessado na compra de produtos);
- Estabelecer um amplo programa de regularização fundiária a

ser iniciado pela região dos Cerrados, onde estão evidenciados os maiores problemas de legalidade jurídica das posses das terras;

- Reformar e fortalecer a capacidade institucional do Estado, com vistas a mudar a orientação para obtenção de resultados relacionados com a geração de renda e a sustentabilidade econômica e ambiental dos assentamentos;
- Implantar e executar um programa de recadastramento das propriedades rurais com abrangência em todo o Estado, para identificação da legalidade jurídica das posses e de possíveis áreas devolutas e pertencentes aos patrimônios públicos estaduais e municipais.

Indústria, Comércio e Serviços

O crescimento da produção agropecuária e da exploração mineral contribuirá para a produção de matérias-primas para a indústria e para o desenvolvimento mais equilibrado do estado.

O Governo do Estado criará programas de apoio à industrialização, reforçando os instrumentos de incentivos à localização de novos empreendimentos e intensificando os investimentos na infra-estrutura de transportes. A oferta de energia elétrica em todo o estado, de responsabilidade da Eletrobrás Distribuidora Piauí, é parte decisiva na viabilização do crescimento da industrialização no estado.

O comércio e os serviços serão naturalmente beneficiados com o crescimento das atividades na agropecuária e na indústria. A pauta de exportações piauienses já reflete a mudança de perfil da produção agropecuária, em que a soja representa 66% do total das vendas para o exterior, assim como o aparecimento de novos itens, como o mel natural e produtos de origem mineral.

A ação estratégica do governo compreenderá medidas diretas e indiretas no apoio às atividades produtivas:

- Direcionamento dos investimentos do governo na infra-estrutura para as regiões de maior crescimento da produção;
- Acompanhamento junto aos bancos oficiais (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) dos pleitos das empresas piauienses, com vistas ao maior aporte de recursos para os empreendimentos localizados no estado;
- Incentivo à industrialização dos produtos da pauta de exportação, para melhorar o índice de produtos manufaturados e semi-manufaturados, que em 2009 representaram apenas 31,4% das exportações;
- Implementação de programas de qualificação de mão-de-obra especializada em todas as regiões do estado, sobretudo nas escolas técnicas de nível médio e superior, em função das atividades econômicas desenvolvidas pelas empresas privadas;
- Apoio à implantação do Porto Seco em Teresina, em cooperação com a iniciativa privada;
- Implantação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Parnaíba;
- Início da operacionalização do Porto de Luís Correia.

O Governo do Estado executa no momento a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 15 milhões e contrapartida do Ministério do Turismo e do

Governo do Estado no valor equivalente a US\$ 10 milhões. Encontra-se em andamento, entre outros projetos, a elaboração de planos diretores, obras de esgotamento sanitário e de urbanização da orla de Atalaia, em Luiz Correia, obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário de Parnaíba e de restauração e pavimentação de estradas no litoral.

O Governo do Estado encaminhou Carta Consulta para a terceira etapa do PRODETUR, no valor de US\$ 50 milhões, dos quais US\$ 30 milhões de financiamento e US\$ 20 milhões de contrapartida do Ministério do Turismo e do governo do Estado, cuja execução deverá ocorrer provavelmente a partir de 2011.

É inegável a importância do turismo como atividade econômica no processo de desenvolvimento do Piauí, onde se delineiam três grandes pólos de atração:

- O Pólo Costa do Delta (municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia);
- O Pólo das Origens, nos municípios de São Raimundo Nonato, Caracol, Coronel José Dias, São João do Piauí e João Costa, que abrigam os Parques Nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões;
- O Pólo de Teresina, abrangendo a Capital e mais 13 municípios do entorno;
- O Pólo Aventura e Mistério, em Piripiri, Piracuruca, Pedro II, Castelo do Piauí e o Parque Nacional de Sete Cidades.

Além desses quatro Pólos, destacam-se outras áreas de interesse turístico, como Oeiras, Amarante e a Cachoeira do Urubu, entre outras.

A ação estratégica do governo compreenderá:

- Considerar como obra imprescindível ao incremento do turismo

no Estado, o governo concederá absoluta prioridade a adequação do aeroporto de Teresina. Nos demais aeroportos das principais cidades que tenham condições para operação noturna;

- Organizar a oferta, formada pelas atrações turísticas, pelos equipamentos e serviços e pela infra-estrutura de apoio;
- Incentivar a demanda, sobretudo nos principais centros emissores.
- Reorganizar a estrutura institucional da máquina administrativa estadual, em particular da Secretaria de Turismo, com a qualificação de servidores e capacitação da mão-de-obra empregada nas atividades turísticas.

Com relação à oferta, a ação do governo se destacará nas seguintes áreas:

- Execução de obras de infra-estrutura (estradas, aeroportos, saneamento e energia), na preservação do patrimônio natural, histórico e arqueológico.
- Outra obra indispensável é a construção de um novo, mais amplo e moderno, centro de convenções em Teresina, que o governo poderá realizar sozinho ou em cooperação com o setor privado, como estratégia para implementar o turismo de eventos.
- Construção de centro de eventos e da estação de passageiros do aeroporto de São Raimundo Nonato;
- Apoio ao turismo de eventos (em Teresina e nas principais cidades).
- Apoio à iniciativa privada e às Prefeituras das cidades turísticas.

Com relação à demanda, a ação do governo se concentrará em duas atividades:

- Promoção do Estado nos centros emissores
- Promoção do turismo científico, do ecoturismo e do turismo religioso.

Recursos Minerais

O Estado do Piauí compreende três províncias geológicas distintas: a bacia sedimentar do Parnaíba, que abrange 80% do território, e a província Borborema e o Cráton São Francisco, que constituem o embasamento cristalino (Pré-Cambriano), na borda leste/sudeste, com os restantes 20% do território.

Ultimamente tem se destacado a perspectiva de exploração de jazidas de níquel em Capitão Gervásio Oliveira, na região de São João do Piauí, além do Calcário para cimento e ferro encontrados desde Paulistana até São Raimundo Nonato o que contribuirá para uma completa reestruturação da economia piauiense, em função do potencial mineral e das possibilidades de industrialização. Essas atividades serão atendidas pela implantação da Ferrovia Transnordestina, que fará o escoamento da produção mineral da região sudeste e da produção de grãos nos Cerrados para os Portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará.

Diante desse quadro promissor, o governo adotará as seguintes estratégias de ação:

- Fortalecimento do Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEP-PI), responsável pela política de recursos minerais do Estado;
- Articulação com órgãos federais e privados, bem como universi-

dades e centros de pesquisa, para a criação e dinamização de Arranjos Produtivos Locais (APL) de base mineral, como os de argila vermelha (na região da Grande Teresina), quartzitos (Juazeiro do Piauí, Castelo, Pedro II, Piripiri, Piracuruca e Queimada Nova) e de outros insumos minerais para a construção civil;

- Fomento à pesquisa mineral, diretamente ou em colaboração com o governo federal e com universidades e centros de pesquisa, com mapeamentos geológicos em áreas de interesse para o desenvolvimento estadual, e de levantamentos aéreo-geofísicos de áreas do embasamento cristalino;
- Implantação de projetos de infra-estrutura de apoio à instalação de empreendimentos de base mineral (estradas e energia),
- Incentivos para o desenvolvimento tecnológico e a verticalização da produção mineral piauiense, com vistas à industrialização local das matérias-primas minerais e agregação de valores.

Desenvolvimento Social

Educação

O Piauí tem uma enorme dívida para com seu povo, no que toca a questão da educação. Os avanços, principalmente no que é relativo à política nacional, iniciada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), não foram totalmente incorporados pelos diversos sistemas públicos de educação, municipais e estadual, e, principalmente, há enorme resistência ao trabalho direto com metas e alcance de resultados.

Disto implica que o Estado aparece abaixo da média nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) de 2007, com as notas 3,2 para o ensino fundamental na 1ª fase e 3,1 na segunda fase, em comparação às notas nacionais, que foram 4,0 e 3,5, respectivamente. No ensino médio, que é de competência do governo estadual, a nota caiu

para 2,5, enquanto a média nacional foi de 3,2.

Segundo dados do próprio Ministério da Educação, para o ano de 2008, existiam 562.010 analfabetos na população de 15 anos e mais de idade, correspondendo a 24,33% da população. Mais ainda, nesta mesma faixa etária, 60,25% das pessoas não terminaram o ensino fundamental, o que corresponde a mais de 1.391.000 habitantes. Nestes dois quesitos, o Piauí é penúltimo lugar do Brasil.

Levando em consideração o ritmo de decréscimo da taxa de analfabetismo desde 2003, e considerando-se o número de crianças que chegarão aos 5 anos e não terão escolas, pode-se estimar em 40 anos o tempo para acabar com o analfabetismo no Piauí, ou mais que uma geração Deve-se, portanto, estabelecer metas no sentido de fazer ingressar na escola todas as crianças que forem chegando à idade dos 4 anos (nas cidades e na zona rural) e criar mecanismos para que a população acima da faixa, inclusive os adultos, possa ter acesso às salas de aula

Outros problemas importantes a serem resolvidos têm relação com a ampliação de oportunidades de acesso à educação infantil, que, embora sendo responsabilidade exclusiva dos municípios, dada a obrigatoriedade constitucional estabelecida pela Emenda Constitucional 59, de dezembro de 2009, merece ter apoio concreto do governo estadual, do ponto de vista técnico, ou seja, na formulação de currículos, assistência aos planos de expansão da rede e planejamento financeiro dos investimentos a serem realizados.

Ainda sobre a educação infantil, considerando que, segundo dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), de 2009, dos 134.712 alunos matriculados nesta fase, 105.812, (78,5%) estão na Pré-Escola, o que ressalta que a Primeira Infância precisa ser considerada de maneira muito particular, pois nessa idade há inúmeros processos de natureza neurológica que definem possibilidades de aprendizagem para o resto da vida destas crianças.

No ensino médio vê-se a dimensão da tarefa do governo estadual,

em sua responsabilidade constitucional exclusiva. Considerando a matrícula de ensino fundamental da segunda fase, de 244.093 alunos, seria razoável supor um número de alunos de ensino médio relativamente aproximado deste número, mas, mesmo acrescentando-se os alunos de nível médio técnico no total, em 2009, o Piauí possuía 191.777 alunos nesta etapa do ensino básico, ou seja, é razoável imaginar que nem todos os alunos que terminam o ensino fundamental estão tendo acesso à continuidade de seus estudos e, portanto, a novas oportunidades de conhecimento e qualificação.

Assim, o ensino técnico representa apenas 6,9% do total de alunos de ensino médio no Estado. Neste sentido, a articulação com o Instituto Federal e seus vários campi torna-se prioritária, principalmente no que tange à formação de mão-de-obra adequada às atividades econômicas das várias regiões do Estado. Assim, no ensino médio, deve-se dar ênfase ao ensino técnico em áreas mais de maior demanda, como na agricultura moderna, na indústria e nos serviços, ou seja, nos setores que mais contribuem para o crescimento econômico do Piauí.

Quanto ao ensino superior, deve-se reavaliar e apoiar efetivamente a UESPI, que há 10 anos tem o mesmo orçamento, para torná-la mais adequada aos objetivos de desenvolvimento do estado, bem como estreitar as articulações do governo com a UFPI e o IFPI para execução de projetos complementares entre si, e não concorrentes, como tem sido em alguns casos.

As escolas superiores privadas também têm papel importante na formação dos recursos humanos do Piauí, e por isso deverão estar presentes nas discussões com o Governo do Estado com vistas ao seu desenvolvimento.

Em resumo, as Propostas para a Educação podem ser assim apresentadas:

1) Pré-Escola: apesar de não ser responsabilidade do governo estadual, é necessário dar apoio aos municípios, principalmente os menores,

com poucas condições técnicas de desenvolver propostas curriculares e outras atividades típicas deste nível de ensino, que se tornou de matrícula obrigatória a partir de dezembro de 2009. Nesse contexto, deverá ser implantado um setor específico da Secretaria de Educação para apoiar tecnicamente os municípios quanto ao planejamento escolar, de rede e curricular.

2) Ensino Fundamental: o grande desafio é a qualidade. Os municípios responderam, em 2009, por 71% da matrícula neste nível de ensino. Como o Estado tem avaliação do IDEB baixa (3,2, enquanto a do Brasil é de 4,2), a responsabilidade dos municípios é imensa, pois a qualidade do ensino fundamental é basicamente sua. Portanto, cabe ao governo do Estado trabalhar diretamente no assessoramento técnico aos municípios, construindo conjuntamente ações que visem reforçar a qualidade e incentivar as escolas a alcançarem suas metas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Deverá ser estudada a possibilidade de implantar um sistema de recompensa financeira que leve em consideração os esforços e avanços das redes municipais, concretizando o estímulo no formato de aumento de repasses aos municípios.

3) ensino médio: igualmente, o grande desafio é a qualidade e a universalização da matrícula. O rendimento dos alunos é baixo e, além disso, há visível escassez de professores nas áreas das ciências naturais e matemática, que terá de ser objeto de esforço conjunto da SEDUC, UESPI, UFPI e IFPI no sentido de traçar um plano efetivo de formação de docentes, criando-se ainda um ensino médio moderno, com opções para vestibular e para o mercado de trabalho, portanto atrativo para a juventude em idade escolar.

4) ensino técnico: ampliar e qualificar a oferta deste nível de ensino na rede estadual e, principalmente, fazer a articulação com o IFPI, no sentido de coordenar esforço de formação técnica no Estado. Também

é necessário que a SEDUC tenha plano específico de ampliação para que possa, de forma planejada, aproveitar-se dos recursos do Programa Brasil Profissionalizado e construir condições para oferta de vagas nos cursos à distância (técnicos e tecnológicos), utilizando espaços públicos ociosos como pólos presenciais.

5) carreira docente: valorização da carreira docente, com regras definidas para progressão no magistério estadual, focando a necessidade de ênfase em parâmetros de formação, certificação, atualização profissional e desempenho em sala de aula. O princípio será sempre o de que “a escola nunca será melhor que os seus professores”, portanto, a progressão deverá estar norteadada pelo mérito.

6) Investimentos e recursos: uma das grandes deficiências do sistema estadual de educação, notadamente suas escolas, é relativo à infraestrutura de funcionamento, tanto no que concerne à questão física, quanto aos equipamentos. O compromisso é assegurar um fluxo de recursos estável tanto para a administração escolar, quanto para os investimentos em reforma e ampliação dos prédios escolares, notadamente no interior do Estado, de onde provêm as maiores reclamações.

7) Ensino Superior: como instituição ligada ao Governo Estadual, mas possuindo autonomia, nos termos da Lei, é importante apoiar a UES-PI, com o objetivo maior de torná-la uma universidade forte, vocacionada regionalmente e capaz de se articular com as políticas de desenvolvimento do Piauí. Resgatando, igualmente, suas origens como instituição formadora de recursos humanos para a administração pública.

8) Ensino à distância: a experiência da Universidade Aberta é importante e precisa ser mantida, no entanto, é necessário corrigir as deficiências relativas à infra-estrutura, pois há locais em que o acesso à internet é restrito e é enorme a evasão escolar. Além disso, em articulação com o Governo Federal, é preciso construir um marco regulatório para dar credibilidade ao sistema, bem como uma revisão dos critérios de avaliação da educação à distância.

9) alfabetização de crianças: no Piauí, a redução dos índices de analfabetismo passa pela responsabilidade do Governo Estadual em dar incentivos e criar condições técnicas para que os municípios sejam bem sucedidos na tarefa de alfabetizar crianças na idade correta. Neste sentido, a proposta é desenvolver, de forma articulada com os municípios, uma política estadual de alfabetização de crianças, baseada em experiências bem sucedidas.

10) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: a matrícula de jovens e adultos fora de idade nas escolas, no país inteiro, vem se reduzindo. No Piauí, não tem sido diferente, o que sugere uma nova abordagem à EJA, em duas direções. Em primeiro lugar, articulação com os programas de Alfabetização de Adultos, aspecto essencial para redução não apenas do analfabetismo, mas para o aumento dos índices de escolarização da população. Aqui, é necessária a construção de uma política inovadora, que articule alfabetização de adultos, escolarização fundamental e qualificação profissional, com apoio de entidades parceiras e, também, do Sistema S. Este mesmo formato articulado terá de se estender à população que já possui o ensino fundamental, mas que está fora da idade regular para o ensino médio, contemplando igualmente a qualificação profissional.

Saúde

Um dos indicadores mais importantes na saúde pública é a taxa de mortalidade infantil. Os dados do Ministério da Saúde, referentes ao número de óbitos infantis (menores de um ano) por 1000 habitantes, em 2006 (últimos dados oficiais), indicam um índice de 27,3 para o Piauí, abaixo do índice do Nordeste (29,8) e acima do índice do Brasil (20,7). Até 2002, o Piauí apresentava o menor índice entre os estados nordestinos, quando foi ultrapassado pelo Ceará. Além disso, a redução do índice no período 1997-2006 tem sido mais rápida na média da região Nordeste do que no Piauí.

Outro indicador importante é a expectativa de vida. No Piauí, em 2007, era de 68,94 anos, inferior à do Nordeste (69,71 anos) e à do Brasil (72,48 anos).

O número de estabelecimentos de saúde no Estado, em 2009, alcançou um total de 2.580, dos quais 60% da rede pública e 39% da rede privada, com os restantes pertencendo a entidades filantrópicas e outras. A proporção da natureza dos estabelecimentos no Brasil é inversa: 28% públicos e 70% são privados, o que confere maior responsabilidade ao poder público na condução das políticas de saúde pública no Piauí.

Entre os principais problemas do setor saúde no Estado, temos a crescente invasão de pacientes em Teresina, oriundos de todo o interior do Piauí e de outros estados, chegando a ser despendido mais da metade das despesas hospitalares com pacientes não residentes na capital. Dados do Ministério da Saúde apontam Teresina como a cidade brasileira que, proporcionalmente, mais recebe pacientes de outras cidades e estados do Brasil. É o testemunho da baixa resolutividade do sistema de saúde público do interior piauiense.

As medidas a serem adotadas pelo governo do estado compreenderão:

- Fortalecimento das gestões municipais;
- Parceria com os municípios para a implementação da rede assistencial, com hierarquização e contra-referência;
- Parceria com os municípios para ampliação do acesso e melhoria da qualidade das ações e serviços de saúde, especialmente na atenção básica e assistência farmacêutica;
- Parceria com os municípios para ampliação de outras ações assistenciais, tais como serviços de fisioterapia e reabili-

tação; nutrição; odontologia; fonoaudiologia; tendo como meta a assistência integral e universal da população;

- Reestruturação dos hospitais, especialmente os regionais, ampliando a resolutividade e incentivando a permanência de recursos humanos multiprofissionais e suficientes, como medida de solução local das necessidades dos cidadãos;
- Apoio aos municípios para a solução das dificuldades da rede de saúde local e formalização da Política de Regulação entre Teresina e os demais municípios do estado (referência e contra-referência);
- Implementação da regulação e controle das ações e serviços de saúde e estabelecimento de processos de avaliação da metas a serem alcançadas;
- Implantação de laboratórios de análises clínicas municipais;
- Qualificação do controle social do SUS.

Saneamento Básico

A AGESPISA atua em 157 sedes municipais e 20 povoados com serviços de abastecimento de água e em Teresina, Picos, Oeiras e Corrente com serviços parciais de esgotamento sanitário.

Nas cidades, em 2008, dados do IBGE informam que 93% da população tinham acesso à rede geral, com e sem canalização interna; portanto, 7% tinham abastecimento de outras fontes, o que totaliza 138.000

pessoas. Comparando-se com outros Estados, o Piauí, com 93%, ocupa o 13º lugar entre as 27 Unidades da Federação. Na zona rural, apenas 27% da população tinham água da rede geral, o que resulta em 853.000 pessoas sem acesso a água de rede geral, o que totaliza 991.000 pessoas. Como as condições da zona rural nem sempre permitem o acesso a rede geral, pelas distâncias e pela dispersão da população, serão estabelecidas políticas específicas para a zona rural.

Quanto ao esgotamento sanitário, apenas 4,3% da população urbana tinham acesso à rede coletora. Na zona rural, esse índice é zero. Em comparação com os demais Estados, o Piauí fica em último lugar, junto com Rondônia. Acrescentando-se a fossa séptica como disponibilidade no domicílio, o número total de pessoas atendidas sobe para 79% da população urbana. Na zona rural, apenas 24% dos domicílios dispõem de fossa séptica.

Será estendida a outras localidades a experiência do Projeto Lagoas do Norte, executado pela Prefeitura de Teresina, que contempla a implantação de fossas sépticas controladas, modalidade que atende aos requisitos mínimos para o saneamento, já que nem todas as áreas podem ser ligadas à rede coletora.

O governo fará a universalização do serviço de abastecimento d'água nas cidades atualmente operadas pela AGESPISA. E empreenderá esforços, juntos às Prefeituras das demais cidades, para que a referida meta seja também alcançada.

O governo implementará também, uma nova tarifa social, que possa levar a água encanada às pessoas de menor renda.

Habitação Popular

Estudo do Ministério das Cidades, elaborado em Convênio com a Fundação João Pinheiro, estima o déficit habitacional no Brasil, introduzindo nova metodologia, que inclui domicílios improvisados e os rústicos (habitações precárias), coabitação familiar, ônus excessivo com aluguéis e o adensamento excessivo nos domicílios alugados. (Déficit habitacional no Brasil 2007. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009. 129 p. Disponível em www.cidades.gov.br).

O referido estudo estima em 139.318 o déficit habitacional no Piauí, dos quais 76.157 nas zonas urbanas e 63.161 na zona rural, correspondente a 16,9% do total de domicílios existentes em 2007. Segundo a faixa de renda, 89,2% do déficit encontra-se nas famílias de renda média familiar mensal de até 2 salários mínimos; e, tomando-se a faixa de até 3 salários mínimos, o déficit chega a 98,3% do total.

O governo adotará providências por meio da Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH) no sentido de construção de unidades habitacionais para as classes de mais baixa renda, em todo o Estado, utilizando os recursos disponibilizados pelo governo federal, tendo como referência a experiência da Prefeitura de Teresina.

Outra linha de ação será por meio de programas de melhoria habitacional, com a construção de fossas sépticas controladas, quando não for possível a ligação à rede coletora de esgotos, ligação domiciliar à rede de abastecimento de água.

Como ação prioritária será feita a regularização fundiária urbana visando a garantia da propriedade da terra. Assim como, a regularização da situação dos mutuários que já quitaram seus imóveis e não conseguem transferi-los.

Justiça e Direitos Humanos

Na área da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos duas principais diretrizes serão adotadas:

- A melhoria das condições físicas da estrutura penitenciária, inclusive com a ampliação das atividades de produção, para elevar a renda e a capacitação para o regresso à sociedade; e
- Ampliação das condições de acesso à Justiça pela população mais pobre, por meio da Defensoria Pública.

A política de direitos humanos do governo será exercida em sua significação mais ampla, ou seja, a definição dada pelo Art. 23, inciso I da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948: “Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, à moradia, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade”.

Encargos dessa ordem não podem ser cumpridos senão mediante a cooperação de esforços entre todos os níveis de governo, especialmente com a União.

Segurança Pública

Os crescentes índices de criminalidade e violência exigem do poder público uma atuação pronta e eficaz para assegurar os direitos do cidadão e garantir a segurança da sociedade. O efetivo policial é insuficiente, faltam equipamentos e outros recursos tecnológicos para maior eficiência do trabalho e são escassos os recursos financeiros e operacionais para as

atividades das delegacias e quartéis.

Para combater a violência e melhorar a segurança, deverá ser repensado por completo, o funcionamento atual do aparato de segurança do Estado, para fazê-lo melhor, mais efetivo e resolutivo, mais presente e atuante. É urgente um choque de gestão modernizadora na segurança pública estadual.

A análise das causas das violências e o uso da inteligência investigativa são medidas preventivas e indispensáveis para a promoção da paz social.

O novo modelo estará focado na renovação da aliança entre o Estado e a sociedade civil, formando na comunidade a cultura da paz. Será preciso implantar uma ampla mudança gerencial nos órgãos integrantes da polícia estadual, para que os serviços de segurança sejam democratizados e operacionalmente fortalecidos. Será qualificado o policiamento preventivo e ostensivo, garantidos o crescimento dos efetivos e o aparelhamento adequado. Dar-se-á ênfase à investigação cientificamente orientada como princípio, pois quando há mais técnica e ciência na investigação, há também, menos violência e melhores resultados.

Visando ao combate à criminalidade e à violência, o governo terá como metas prioritárias:

- Reforço de veículos, equipamentos e qualificação do policiamento na divisa com os estados vizinhos, com vistas ao combate ao tráfico de drogas em parceria com a Polícia Federal, ao roubo ou furto de cargas e veículos, ao contrabando, à exploração sexual infantil, aos crimes contra a integridade física e ao roubo ou furto de agências bancárias;
- Monitoramento eletrônico de Teresina e das cidades maio-

res com a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos;

- Aquisição de equipamentos e de recursos de informática para interligação das delegacias e demais unidades de segurança pública do Estado;
- Intensificar a implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), criado pelo Governo Federal, que tem como objetivos a valorização dos profissionais da segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência;
- Integração operacional e dos serviços de inteligência das Polícias Militar e Civil;
- Aumentar do efetivo das polícias Militar e Civil, visando acelerar a interiorização do aparelho de segurança pública.

Cultura

A Conferência da ONU sobre Políticas Culturais, realizada na Cidade do México, em 1982, definiu a Cultura como “Todo e qualquer complexo de aspectos espirituais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Inclui não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.”

A política cultural do governo, dessa maneira, deverá realizar-se em três grupos de ação estratégica:

- Incentivar a produção cultural, desde o plano individual e artesa-

nal que venha a se tornar uma indústria cultural, em que se destacam a geração de emprego e renda e a propagação, além fronteiras, dos nossos valores culturais;

- Organizar e melhorar a estrutura de serviços públicos à população, por meio dos museus, da preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e arqueológico do estado; e
- Proporcionar os instrumentos de que a sociedade necessita para, ela própria, evoluir culturalmente, por meio da educação e do conhecimento.

Para tanto, o governo adotará medidas para reorganizar e fortalecer a Fundação Cultural e o Conselho Estadual de Cultura, com a garantia de recursos para a execução de projetos e atividades prioritárias, bem como promover a articulação entre os diversos órgãos estaduais com atividades afins, como as áreas de educação e turismo, na esfera estadual, e com os órgãos federais ligados ao Ministério da Cultura, como a FUNARTE e o IPHAN.

O governo terá, ainda, prioridade para o fortalecimento do Sistema Estadual de Museus, criado pelo Decreto 13.325/2008, que envolve instituições estaduais, municipais e privadas em diversos municípios do estado.

Esportes e Lazer

As políticas públicas de promoção de esportes e lazer ganham foco privilegiado nos jovens e funcionam como elemento de formação da cidadania.

As práticas esportivas e do lazer serão estimuladas a partir de programas específicos vinculadas diretamente ao esporte amador. Assim, a ação do Governo estará voltada prioritariamente para a realização de práticas esportivas, preparação técnica de instrutores, aos intercâmbios e para a concessão de incentivos esportivos a atletas de competição.

Paralelamente, caberá ao governo estadual formar parcerias com os municípios para viabilizar a construção de equipamentos públicos e a oferta de equipamentos adequados a cada uma das práticas destinadas ao descobrimento de talentos potenciais, bem como ao seu pleno desenvolvimento, com um programa permanente de incentivo aos atletas no formato de bolsa e auxílio manutenção.

Guiados pelo Plano Estadual de Promoção do Esporte e do Lazer, o interesse da sociedade e a vocação de cada lugar nortearão as decisões quanto às instalações esportivas tais como:

- a) Ginásios Poliesportivos;
- b) Ginásios cobertos;
- c) Quadras de esportes;
- d) Centros Integrados de Esportes com pistas de atletismo, quadras de cimento e areia, campo de futebol, artes marciais, etc;
- e) Arenas de eventos.

O lazer é atividade diretamente ligada às expressões culturais, aos hábitos e costumes de cada comunidade. Sua prática remete a atividades em períodos especiais característicos: finais de semana, feriados, dias de folga do trabalho e da escola. Sua maior ou menor importância decorre da frequência com que são realizados e do afluxo natural de público. Preferencialmente devem buscar mobilizar comunidades urbanas.

Dessa forma, o lazer esportivo, cultural e educacional pode ganhar espaço em ambientes públicos e privados seja em festas tradicionais, comemorações populares, eventos cívicos, eventos culturais.

IV Políticas Especiais

Geração de Emprego e Renda

A necessidade de geração de empregos e de renda no Piauí pode ser compreendida pelos números fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, segundo a qual o índice de domicílios (e, portanto, da população) que receberam dinheiro do governo federal em 2006 foi de 40,2%. Isto significa um total de 317.982 domicílios no Piauí, equivalente a 1.216.050 pessoas, que receberam dinheiro de programas do governo federal, entre os quais o mais conhecido, o Bolsa Família. Esse índice é superado apenas pelo estado de Roraima, com 50,0%. Para efeito de comparação, no estado de São Paulo o percentual é de 7,6% no mesmo ano.

Segundo a PNAD 2008, o número de pessoas na faixa de até 1 salário mínimo por mês era de 735.000 no Piauí. Destes, 52,9% não tinham abastecimento de água com canalização interna no domicílio, o equivalente a 388.000 pessoas, o que indica a ausência do poder público na prestação desse serviço nas áreas mais afastadas, que são as mais pobres, ou que os moradores desses domicílios não têm renda para pagar o abastecimento de água.

De outra forma, o número total de pessoas no Piauí que não possuem água encanada no domicílio é de 934.000 (29,7% do total), enquanto apenas na faixa de renda de até 1 salário mínimo esse número chega a 389.000, ou seja, 42% do déficit de atendimento concentram-se nos domicílios de pessoas de mais baixa renda.

De modo semelhante, 44% do déficit de atendimento com iluminação elétrica nos domicílios encontram-se na faixa de renda de até 1 salário mínimo. Tomando-se apenas a zona rural, metade dos domicílios sem iluminação elétrica encontra-se nos domicílios cuja renda mensal é

de até um salário mínimo.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dados referentes a fevereiro de 2010 indicam que existem 415.000 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, recebendo R\$ 40,3 milhões por mês, beneficiando 1,5 milhão de pessoas (cerca de 47% da população total do Estado). Os diversos Programas de transferência de renda, somados aos de assistência social e de segurança alimentar beneficiam, segundo o Ministério, 2,6 milhões de pessoas (81% da população estadual), com gastos anuais da ordem de R\$ 958 milhões.

A ação do governo se efetivará em todos os órgãos, por suas respectivas capacidades de geração de oportunidades de emprego e renda, seja como resultados dos gastos diretos, seja pelos investimentos. Algumas instituições, no entanto, estarão mais de perto relacionadas com esse Objetivo, como a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, a Agência de Fomento e Desenvolvimento (recém-instalada), que seguirá as diretrizes de trabalho do Banco Popular, criado pela Prefeitura de Teresina, na operacionalização do micro-crédito, o Programa de Combate à Pobreza Rural, o Programa de Crédito Fundiário, a extensão rural, promovendo também as atividades rurais não agrícolas.

Será importante, igualmente, a articulação e a cooperação com entidades não governamentais, como o SEBRAE e o SENAR, para a realização de atividades de qualificação de mão-de-obra e de identificação de oportunidades de trabalho e investimento de pequeno porte no interior do estado.

Meio Ambiente

O desafio do poder público e da Sociedade é promover o crescimento das atividades econômicas de modo a garantir o desenvolvimento

sustentável, ou seja, o atendimento às necessidades da geração presente não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

O Piauí é uma zona de transição e em seu território estão presentes os Biomas da Caatinga, do Cerrado e de vegetação litorânea, este formado por mangues, restingas e tabuleiros.

As Unidades de Conservação existentes no Estado, criadas pelo governo federal, pelo governo estadual e pelos Municípios cobrem uma área de 2,6 milhões de hectares, equivalente a 10,6% do território. As principais e mais conhecidas Unidades são os Parques Nacionais de Sete Cidades, da Serra da Capivara, da Serra das Confusões e das Nascentes do Parnaíba, e a Estação Ecológica Uruçuí-Una.

No plano institucional, o governo deverá ter prioridade em:

- Ampliar e capacitar os recursos humanos e materiais da Secretaria de Meio Ambiente;
- Manter permanente gestão junto ao Governo Federal no sentido de garantir recursos financeiros para a estruturação e manutenção das Unidades de Conservação existentes, bem como a efetiva implantação do Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba;
- Rediscutir com o governo federal a Lei 11.428/2006, que definiu considerável área do Piauí como pertencente ao Bioma da Mata Atlântica;
- Promover articulação com universidades, instituições de pesquisas, empresas e organizações sem fins lucrativos no sentido da promoção de estudos e de práticas de preservação ambiental;
- Priorizar a educação ambiental nos currículos escolares e realizar campanhas de esclarecimento à população;

- Elaborar estudos do Zoneamento Agroecológico do Estado, tendo como prioridade os cerrados, tendo em vista o avanço da agricultura na região;
- Criar Programas de apoio aos municípios.

Defesa Civil

Os desastres naturais não podem ser evitados, mas seus efeitos podem ser minimizados com medidas preventivas e que o governo esteja preparado para enfrentar as situações de emergência ou de estado de calamidade pública. Nesse sentido, o governo adotará medidas como:

- Elaboração e atualizar o Plano Diretor de Defesa Civil, em consonância com a Política Nacional de Defesa Civil, cujo objetivo geral é a redução de desastres, compreendendo a prevenção, a preparação para emergências e desastres, a resposta aos desastres e a reconstrução das áreas atingidas.
- Estimular a criação de órgãos de defesa civil nos Municípios, especialmente nas cidades de maior porte, e coordenar, em todo o Estado, a atuação desses órgãos, bem como cooperar com as Prefeituras nos projetos de reordenamento do espaço urbano, para evitar ocupações de terrenos em situação de risco.
- Manter em pronta disponibilidade recursos financeiros e materiais não perecíveis para suprimento em situações de desastres, para socorro imediato às populações atingidas, cabendo o apoio eventual do governo federal para a fase de reconstrução, se for o caso.

Ciência e Tecnologia

O crescimento das atividades produtivas e a transformação estrutural da economia requerem necessariamente a utilização de tecnologias modernas, seja para aumento da produção e da produtividade, seja para a preservação ambiental. Como exemplo, tem-se a necessidade de práticas de conservação dos solos na agricultura e de preservação dos recursos hídricos.

Na agropecuária piauiense a utilização de tecnologias modernas é muito baixa. O número total de estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo de 2005, é de 245.378, dos quais poucos possuem máquinas e equipamento, como tratores (1,0%); arado (9,6%); roçadeira (2,4%); semeadeira (0,8%); e colheitadeira (0,1%).

Na pecuária, apenas 6 estabelecimentos realizam transferência de embriões e 70 praticam inseminação artificial.

Em 2008, do total de domicílios do estado (875.000), apenas 103.000 possuem microcomputador, dos quais 69.000 com acesso à Internet.

A ação do governo, por meio de seus vários órgãos, terá como diretrizes:

- Contribuir para ampliar a utilização de tecnologias modernas de produção nos diversos setores da economia; e
- Estimular a pesquisa científica e tecnológica voltada para os interesses do desenvolvimento do estado, nos diversos campos do conhecimento.

Como instrumentos de ação, o governo aumentará o aporte de recursos para o Fundo de Apoio à Pesquisa e terá articulação com as instituições oficiais de pesquisa (UFPI, UESPI, IFPI e EMBRAPA), com ins-

tuições oficiais de financiamento (FINEP, CNPq e Banco do Nordeste), além de apoiar pesquisadores individuais não ligados a órgãos públicos, mas que tenham projetos de interesse do desenvolvimento do Piauí.

Políticas de Apoio à Mulher, à Juventude, ao Idoso e às Igualdades Raciais

As políticas especiais de governo, aqui resumidas, permeiam toda a administração e por isso terão coordenações específicas para a proposição e o acompanhamento das ações do governo, assim como para articulação com as estruturas criadas pelo governo federal. Cada Coordenação contará com o apoio de um Conselho Estadual respectivo, do qual participarão os órgãos estaduais envolvidos e a representação da sociedade civil organizada.

A política de apoio à Mulher parte do pressuposto de seu papel na educação, nutrição e saúde dos filhos e no seu esforço para a geração da renda familiar. Essa diretriz guiará a ação dos órgãos ligados à educação, saúde e segurança alimentar. Por outro lado, ainda são elevados os níveis de violência doméstica contra a Mulher, o que ensejará melhor estrutura dos órgãos de segurança pública em todo o estado, especialmente as Delegacias da Mulher.

Na área da Saúde, terão prioridade os programas voltados para a saúde da Mulher, como o atendimento pré-natal, e nos programas de habitação popular terão prioridade as mulheres que são a fonte de sustento da família.

As desigualdades raciais, embora não exacerbadas no preconceito social, escondem-se em indicadores como a taxa de analfabetismo e os anos de estudo. Segundo o IBGE, em 2009 a taxa de analfabetismo na faixa de 15 anos e mais de idade era de 18,6% entre as pessoas de cor branca, de 32,7% entre as pessoas de cor preta e 25,5 anos entre as pessoas de cor

parda. Na mesma faixa etária, o número de anos de estudo era de 6,9 anos entre as pessoas de cor branca, 5,0 anos entre as pessoas de cor preta e 5,4 anos entre as pessoas de cor parda.

V Políticas Regionais

O processo de desenvolvimento do Piauí deve ser alcançado como resultado das ações que favoreçam o crescimento da economia, a redistribuição da renda gerada, para beneficiar os mais pobres, e também deve ser equilibrado do ponto-de-vista regional, sabendo-se que o Estado é formado por regiões de formação natural diferente, com diferentes necessidades e diferentes potencialidades.

Para efeito de programação dos investimentos do governo, serão consideradas quatro grandes áreas de intervenção: os cerrados, o semi-árido, a região centro-norte e litoral, e, por suas características próprias, Teresina.

O Cerrado

A região do cerrado piauiense ocupa uma área total de 8,5 milhões de hectares, dos quais cerca de 4,5 milhões são propícios à agricultura em escala comercial. A área atualmente cultivada nos cerrados é da ordem de 430.000 hectares, ou seja, apenas 10% da área agricultável nessa atividade.

A principal vocação dos cerrados é a produção de grãos e de algodão herbáceo, a maior parte destinada à exportação. A única grande indústria na região é a Bunge Alimentos, cuja atuação em Uruçuí contribuiu para transformar a região de sua influência. O setor de serviços tem acompanhado o crescimento da produção agrícola, sobretudo nas atividades de venda de insumos e de equipamentos, o que tem trazido um crescimento das principais cidades da região.

O maior problema dos cerrados é a falta de infra-estrutura adequada à produção, principalmente de estradas, de energia elétrica, regu-

larização fundiária e a burocracia pública. Entre as propostas de governo encontram-se:

- A construção da estrada Transcerrados, com 300 quilômetros.
- Reforço à atual rede de transmissão e distribuição de energia, em atuação conjunta com a Eletrobrás Distribuição Piauí.
- Intensificação das atividades de educação básica, dentro das metas gerais do governo, e articulação com a UESPI, a UFPI e o IFPI para a qualificação da mão-de-obra de nível técnico e superior;
- Na região do vale do Gurguéia, o governo dará prioridade à implantação de barragens para abastecimento, irrigação e controle de enchentes.

O Semi-Árido

A região do semi-árido piauiense ocupa uma área de aproximadamente 150.000 Km², correspondente a 60% de todo o Estado. O principal problema é a deficiência da oferta de água para abastecimento à população, pela quantidade menor de chuvas e pela menor disponibilidade dos aquíferos. Em compensação, sua formação geológica contém a maior quantidade e variedade de ocorrências minerais e jazidas em exploração no Estado, e é a região de maior potencial para a agricultura irrigada, devido às suas condições climáticas.

Os investimentos prioritários serão direcionados para:

- A construção de barragens e adutoras, para o abastecimento das cidades e das populações rurais;
- O fomento à irrigação, com a eletrificação dos vales dos rios Canindé, Piauí, Fidalgo, Itaim e Guaribas, bem como a articulação com o governo federal para que a CODEVASF implante grandes projetos de irrigação;
- Implantação de rodovias ligando o semi-árido com a região dos cerrados, para maior integração social e econômica de todo o sul piauiense;
- Apoio à produção agropecuária, sobretudo a cultura do caju, a produção de mel e a pecuária de pequeno porte, que são atividades em que a região se destaca;
- Apoio ao turismo, especialmente na região dos Parques Nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões;

O Centro-Norte e Litoral

Esta região abrange parte do semi-árido, desde Valença até o litoral, excluindo Teresina. Destacam-se as atividades agropecuárias, o turismo, a extração da cera da carnaúba, a pecuária leiteira na região de Parnaíba e as atividades comerciais em torno das principais cidades.

No setor de turismo tem-se o Polo de Aventura e Mistério e o Polo Costa do Delta. Na região destaca-se Parnaíba, como centro geoeconômico de vasta área do Maranhão, Piauí e Ceará, onde se localizam, em um raio de cerca de 150 Km, de muitas atrações turísticas, como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, as praias de Luís Correia e Cajueiro da Praia, o Parque Nacional de Sete Cidades, a Serra da Ibiapaba, no Ceará (Viçosa e Ubajara) e o litoral cearense, de Granja a

Jericoacara.

Os investimentos do governo, para a região, serão no sentido de:

- Intensificar a integração institucional para o desenvolvimento do turismo nos três Estados, melhorando a infra-estrutura de transportes e de recepção, a operacionalização do aeroporto internacional de Parnaíba, a construção de centro de convenções em Parnaíba;
- Apoio à revitalização da bacia leiteira;
- Apoio à agricultura irrigada, que tem como principal projeto na região o Perímetro irrigado Tabuleiros Litorâneos, a cargo do DNOCS;
- Apoio à modernização das atividades agropecuárias, piscicultura e carcinicultura.
- Implementação de projetos de geração de energia limpa.
- Instalação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE), em Parnaíba;
- A conclusão e operação do Porto de Luís Correia, que deverá exercer enorme influência na economia da região e do Estado.

Teresina

Teresina tem uma população estimada, em 2009, de 802.000 habitantes, que corresponde a aproximadamente 26% da população piauiense. O Produto Interno Bruto, em 2007, atingiu o total de R\$ 6,5 bilhões, correspondente a 46% do PIB estadual. Além de sua representatividade como Capital do Estado, Teresina exerce influência social e econômica

sobre vastas áreas do Maranhão e outros estados vizinhos, sobretudo no comércio e na prestação de serviços, como na área da saúde e da educação superior.

A ação do governo em Teresina compreenderá os investimentos diretos e a cooperação estreita com o município para a implementação de projetos prioritários para a Capital, como sejam:

- Adequação urbanística do Pólo de Saúde.
- Construção de novo centro de convenções;
- Gestão junto à INFRAERO para adequação do aeroporto;
- Parceria com o município e o governo federal para duplicação dos acessos rodoviários sul e leste (BR 316 e 343);
- Implantação do anel de contorno rodoviário;
- Implantação do sistema de transporte por Veículo Leve sobre Trilhos (VLT);
- Em conformidade com o Plano Diretor de Drenagem de Águas Pluviais, estabelecer parceria com o município para as intervenções previstas;
- Estabelecer parceria com o município para intervenções no sistema viário, conforme Plano Diretor do Sistema Viário e de Transportes;
- Intervenções para reduzir os riscos de enchentes, como a construção da barragem de Castelo e outras obras de contenção do rio Poti e seus afluentes, que também protegerão as cidades ribeirinhas.